

# Suplemento de Arqueologia

## A construção da paisagem agrária da *Terra de Lousada* na Idade Média: contributo da Arqueologia e da Toponímia

Manuel Nunes\*, Luís Sousa\*\*, Carlos Gonçalves\*\*

Conquanto habitada deste tempos pré-históricos, será na Idade Média, com mais vigor a partir do século XII, fruto de uma certa unidade político-administrativa determinada pela criação da *Terra de Sousa*, que a paisagem natural do concelho de Lousada, fortemente vinculada pela presença dos vales dos rios Sousa e Mezio e pelas formações montanhosas que os cerceiam a Norte, a Oeste e a Sudoeste, se vê acometida de um irreversível processo de mutação determinado por um certo dinamismo demográfico, ele próprio denunciador de uma grande rentabilidade agrícola dos povoações medievais, parte dos quais rastreáveis na realidade toponímica actual, verifica-se que a considerável maioria deles se localiza nas áreas de influência directa dos vales do rio Mezio e Sousa, isto é entre os 200 m e os 300 m de altitude, pontualmente até aos 350 metros. A excepção cabe aos topónimos identificados nas freguesias de Lustosa e Barrosas, onde os topónimos identificados se distribuem por uma posição altimétrica situada entre os 350 m e 450 m.

Esta lógica de povoamento<sup>1</sup> e ocupação do espaço, com uma clara predilecção pelos solos mais profundos que caracterizam os vales dos rios, compreende-se, tal como notou José Mattoso (1986:180) para o vizinho concelho de Paços de Ferreira «(...) *pelas características morfológicas do solo. A utilização preferencial dos vales aluviais para a agricultura justifica-se se tivermos em conta que as encostas das colinas, formadas por rochas de origem granítica, pobres em ácido fosfórico e cal (elementos indispensáveis para uma razoável produtividade agrícola), e muitas vezes, oferecendo um aspecto saibrento, revelador de uma inferior capacidade para a agricultura intensiva, não permitiam uma tão grande rentabilidade dos cultivos, os quais, em contraste, se revelavam altamente compensatórios desde que se utilizassem as terras próximas dos rios, onde a erosão das águas contribuía para a formação de solos profundos e compactos, sobretudo férteis para o amanho de cereais*».

Naturalmente que a esta fertilidade, de resto aproveitada

desde tempos clássicos, conforme atestam os vestígios de vários assentamentos romanos detectados ao longo da bacia do Sousa (e.g. Quinta de S. Mamede, em Meinedo; Casal da Bola, em Nespereira; Casal do Irmeiro, em Boim; Casal das Taloeiras, em Lodares; e Casal de Vilela, na Aveleda), acresce um conjunto de factores preponderantes, como seja o clima e a água. Vincada através da própria toponímia medieval e contemporânea, a água é aqui um elemento omnipresente. São comuns os lugares onde se alude de forma directa à água e/ou à sua extracção (e.g. *Presa, Ribeiro*) ou onde a sua presença condiciona a consistência dos solos, tornando-os húmidos ou alagados (e.g. *Barros, Barrosas, Lamoso, Lagoas, Lamela, Lodares*).<sup>Tab.1</sup>

Dando uso a estes solos de aluvião com elevada aptidão agrícola, espartilha-se a propriedade em leiras e semeia-se o cereal (trigo, centeio e talvez cevada) e o linho, planta essencial para a confecção de vestuário e fonte de pagamento dos foros reguengos (Lopes, 2004:84). Nas hortas e *cortinhas*, a meia encosta, próximo das povoações que se localizam em zonas de altitude média, tal como parecem determinar os topónimos *Outeiro, Outeiro dos Castanheiros, Três Outeiro e Monte*, cultivam-se as leguminosas (feijão e favas) e ainda a vinha (Lopes, 2004:84)

Em redor das habitações e das hortas adubadas com os detritos provenientes da actividade humana e com os estrumes dos animais, plantam-se e cultivam-se árvores de fruto que constituem um complemento adicional à dieta das populações. Os topónimos *Maças, Macieira, Nogueira, Nespereira e Figueiras*, serão indicadores dessa prática de cultivo e consumo de frutos em diferentes épocas do ano.

A toponímia revela-se igualmente elucidativa quanto à multiplicidade de terras de cultivo (e.g. *Vessada, Campos*), ao modelo de propriedade (e.g. *Casal, Casais, Reguengo, Quintã*) ou à própria actividade agrícola (e.g. *Palhais, Sequeiro, Seara*), facto que constitui uma inestimável fonte de informação relativa à variedade e importância dos trabalhos agrícolas no concelho de Lousada durante este período, mas também um veículo privilegiado no que toca ao entendimento do vasto conjunto de estratégias modeladoras da paisagem e destinadas ao aproveitamento integral do *ager*, seja directamente através da actividade agrária, seja indirectamente através de activi-

Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada.

\*\* Assistente de Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada.

<sup>1</sup> Por povoamento, entende-se, tal como explicitou José Marques (1995:211) «a fixação de grupos populacionais nas terras que lhes foram concedidas (independentemente da natureza do respectivo título de posse), a fim de as arrotearem e explorarem, originando comunidades vicinais ou, se preferirmos, determinando a génese de aldeias ou núcleos urbanos(...)»

Freguesia	Povoações identificadas na documentação	Nr.º
Alentém	Alentém, Vale, Lordelo, Soutelo, Vilar, Sequeiros	6
Alvarenga	Alvarenga, Cavalão, Calvelo	3
Aveleda	Aveleda	1
Barrosas	Barrosas, Ventoselas, Lamelas, Arão, Outeiro, Peixe, Presa, Mandamento, Vessada, Sesserigo, Reguengo	11
Boim	Goim, Bacelar, Ausende, Ramiro, Silvosa	5
Caíde de Rei	Campos de Caíde, Travessa, Ribas, <i>Gotio</i> , Pena de Dorno, Castro, Meijonada, Silvares, Lama	9
Casais	Casais, Vila Nova, Carrazedo	3
Cernadelo	Cernadelo	1
Covas	Paços, Melo, Palhais, Rio de Moinhos, Trás Outeiro, Quintã, Almedina, Covas, Casal de Pegas, <i>Arrio Falcão</i> , Arral, Ribeiro, Paiães	13
Cristelos	Cristelos, Castro	2
Figueiras	Figueiras	1
Lodares	Lodares	1
Lustosa	Lustosa, Bouça, Comitais, Sanguinhedo, Paredes Secas, Carcavelos, Ventozela, Segóvia, Crastelo, Surribas, Lamoso, Sequeiro, Gouvioso	12
Macieira	Vila de Juste, Macieira	2
Meinedo	Meinedo, Outeiro dos Castanheiros, Rebufa, Porto Carreiro, Espindo, Lamela, Romariz, Seara	8
Nespereira	Nespereira, Lagoas, Cerzedelo, Roriz	4
Nevogilde	Nevogilde	1
Nogueira	Nogueira	1
Ordem	Real, Argonoza, Olmeiro	3
Pias	Vila Nova	1
Sousela	Sousela, Barros	1
S. Miguel	S. Miguel	1
St. Margarida	Fereginale	1
Torno	Maças, Juste, Sousa, Ladário, Cidrão, Monte, Portela, Banqueiro	8
Vilar do Torno	Vilar	1
	<b>Nº total de povoações</b>	<b>100</b>

**Tabela 1.** Topónimos conotados com o povoamento medieval no concelho de Lousada obtidos a partir das Inquirições de 1220 e 1258.

dades complementares como a pastorícia e a criação de gado. Relativamente à criação de animais domésticos, por exemplo, as Inquirições reportam a existência de aves de capoeira (galinhas, frangas, capões, patos e gansos) e de gado bovino, suíno, ovino e caprino (vacas, porcos, leitões, cordeiros e cabritos), como se prova através do pagamento dos tributos em manteiga, queijo, ovos, vacas ou cabras. Os rebanhos em particular, constituiriam um importante exemplo de inter-relacionamento entre os diferentes níveis em que se estruturava a paisagem rural desta época, na medida em que, deambulando entre o *ager* e o *saltus* ou quedando-se pela orla inculta da floresta (*Bouças*), contribuíam, em simultâneo, para a fertilização dos solos e para o aumento da disponibilidade de produtos de origem animal.

De facto, a denominação medieva das localidades parece invariavelmente espelhar essa intrínca dinâmica agropastoril. Na opinião de José Mattoso (1986:183), «*A toponímia, ao remeter continuamente para as realidades e vocabulários da geografia e da agricultura, evidencia um desejo de apropriação rural do espaço: as povoa-*

*ções, os sinais mais evidentes da presença humana numa região, remetem, pelo seu nome, para o ager, simbolizando a sua assimilação e absorção, a sua conquista e usufruto*». Este ímpeto de conquista de solos incultos, que não raras vezes surge de forma explícita na toponímia das povoações medievas recenseadas na documentação coeva, sugere um movimento continuado de arroteamento de áreas incultas de matos (*Silvares, Silvosa*), mas sobretudo florestais. Os topónimos *Bouça, Soutelo* e *Surribas* serão, assim, o exemplo denunciador de uma estratégia de povoamento e alargamento das terras agricultáveis que, em face das carências demográfico-alimentares da época, tende ao aproveitamento das zonas altas em detrimento dos vales fluviais, onde se localizam os solos com maior aptidão agrícola. (Mattoso, 1986.183).

Na actualidade, mais do que na época em estudo, são frequentes os lugares que adoptam nomes como *Ameal, Carvalhal, Carvalho, Carvalhos, Salgueiros, Sobreira, Souto*, etc., identificando algumas das espécies que abundariam na região na época medieval e pós-medieval. Não sendo estes topónimos conotados com povoações medi-

evais conhecidas através da documentação, não deixam de aludir a espécies autóctones que, por certo, seriam comuns no século XIII: os carvalhos, os castanheiros e os sobreiros nas zonas altas, geralmente acima dos 350/400m, os amieiros e os salgueiros nas zonas frequentemente alagadas das veigas que marginam o Sousa e o Mezio, ou nas margens dos abundantes cursos de água permanente que ocorrem pelas encostas.

Curiosamente, os raros topónimos associados a espécies florestais selvagens, arbustivas ou arbóreas, referidos na documentação medieval <sup>Tab.1</sup>, correspondem a plantas que, sendo nativas, não constituiriam espécies dominantes no coberto vegetal característico do *saltus*, remetido, por força do arroteio das zonas baixas, para as áreas de meia encosta e de altitude. Esse lugar caberia, decerto, e como vimos, às fagáceas (*Castanae sativa*, *Quercus robur*, *Q. pyrenaica* e *Q. suber*). Deste modo, os topónimos *Sanguinhedo* e *Olmeiro*, mais do que indicadores da abundância ou preponderância local destas duas espécies – recorde-se que tanto o olmeiro (*Ulmus sp.*), como o sanguinho-de-água (*Fragula alnus*) se encontram preferencialmente associados às matas ripícolas – sugerem, pelo menos até ao século XIII, a perviência de bosques ribeirinhos que ocupariam os vales nas áreas influenciadas pela toalha freática, sem no entanto entrarem em contacto directo com o curso de água, isto é, distribuindo-se pelos terrenos férteis de aluvião. Esta assumpção, remete a provável fundação destas povoações para uma época anterior ao processo de intensificação do desbravamento e da ocupação dos vales do rio Mezio e Sousa, que terá acompanhado a fase de crescimento demográfico do século XIII e parte do século XIV (Marques, 1995:210). O dinamismo demográfico deste período reflecte-se, enfim, num povoamento de carácter disperso (100 povoações recenseadas em 26 freguesias inquiridas – 96 km<sup>2</sup> – o que, em média, corresponde a um povoado por cada Km<sup>2</sup>), e numa crescente fragmentação das primitivas povoações, conforme a frequência do topónimo *Vila Nova* parece testemunhar.

Se é certo, como vimos, que a pressão demográfica e alimentar acabou por determinar a expansão das áreas de *ager*, nomeadamente à força do arroteio de parcelas de terras associadas ao *saltus*, e, em consequência, a projecção dos próprios povoados que, através de um processo gradual de fragmentação, tendem a ocupar territórios marginais, a rentabilização das áreas de aluvião não deixará de constituir uma preocupação e uma necessidade das populações medievais. A pesca e a actividade moageira serão disso exemplo.

Conquanto sejam praticamente nulos os indícios relativos à actividade piscatória no vale do Sousa e do Mezio durante o período em estudo (século XII e XIII), uma vez que não são conhecidos referências documentais ou sequer vestígios materiais que apontem para a existência de pesqueiras, a alusão na toponímia medieval a uma povoação com a designação de *Pexe* e a sua perviência na actualidade, permite a assumpção natural da utilização dos recursos piscícolas do Sousa e do Mezio como complemen-

to alimentar e nutricional da dieta medievá, marcada pela omnipresença do pão e do vinho. Apesar dos textos coevos não aludirem directamente à presença nestas duas sub-bacias de espécies piscícolas migradoras, como o sável, a savelha ou a lampreia, frequentemente utilizadas como forma de pagamento dos foros régios durante a Idade Média (Santos, 2005a:48), a sua presença aparece-nos testemunhada no rio Mezio, ainda no século XVIII, nas Memória Paroquiais de 1758 relativas à freguesia de Casais: «*Cria escalos, vogas e eyrós, como lampreyas, e belas trutas de três palmos alguas, sendo a mayor abundancia de vogas, e escalos, mais para regalo que fartura do povo*». Por outro lado, tal como se constata da citação anterior, seria comum no século XVIII a captura e o consumo de espécies piscícolas autóctones, como o barbo, a boga, a enguia, o escalco e a truta, uma vez que não existiam pesqueiros particulares e as pescarias eram livres em todo o curso do rio, «*excepto nos mezes prohibidos*», facto que nos leva a equacionar uma situação análoga durante a Idade Média.

De salientar ainda a presença no rio Sousa, até às primeiras décadas do século XX (Reis, 2004:83), da espécie *Margaritifera margaritifera*, um molusco de água doce cuja preponderância económica (e.g. produção de pérolas e extracção de nácar), mas sobretudo alimentar, se encontra comprovada em diversas zonas da região holártica desde tempos proto-históricos até à actualidade (Skinner, et. al., 2003:3; Reis, com pess.), mas cuja utilização, ainda que presumível, se desconhece em absoluto para a região do Vale do Sousa.

Bem mais relevada economicamente que a pesca, a actividade moageira encontra-se documentada no concelho de Lousada desde 1113<sup>2</sup>. De enorme importância como meio de produção e rentabilização do *ager*, os moinhos constituíam, sobretudo nesta época, «*uma valorizada fonte de rendimentos para os seus proprietários através da arrecadação dos “direitos banais” sobre a sua utilização*» (Santos, 2005a:49). O topónimo *Rio de Moinhos*, que ainda hoje sobrevive na freguesia de Covas <sup>Tab.1</sup>, é um exemplo claro da vitalidade e rentabilidade da cultura cerealífera, bem como da necessidade de proceder ao aproveitamento integral do *ager*, designadamente através da construção e utilização de estruturas molinológicas: moinhos de água e azenhas. Ligados à necessidade de obtenção de quantidades regulares de farinha, elemento indispensável à feitura do pão, o principal alimento das sociedades campesinas tradicionais, com o mínimo dispêndio de energia humana e dos animais, necessária a outras actividades (Almeida, et. al.:244-248), os engenhos de moagem accionados pela energia hidráulica proporcionada pelas águas do Mezio, do Sousa e dos pequenos subsidiários permanentes, converteram-se em elementos preponderantes no desenvolvimento da cultura cerealífera. A própria documentação medieval, nomeadamente através de cartas de venda, doações, tombo de bens, acórdãos, e testamentos, alude com frequência a estes elementos arquitectónicos e mecânicos, sinónimo da enorme importância destas estruturas no apoio à actividade económica das popula-

<sup>2</sup> Apesar dos exemplos serem abundantes, sobretudo a partir do século XIII, não nos coibimos de transcrever aqui a primeira referência a um moinho de água conhecida no concelho de Lousada. Data de 1113, e reporta-se a uma carta de venda de metade da villa Bolio (lugar da Bola, Nespereira), onde se pode ler: «*Hec est cartam venditionis (...) de medietate de illa villa quod dicitur Bolio (...) cum suis montis antiquis cum pascuis et terras ruptas et inruptas cum sesega molinorum et suis fontis (...)*» (Documentos Medievais Portugueses, doc. n.º 459, p. 393, cit. por Lopes, 2004:286)

ções aqui fixadas. Por outro lado a pervivência de lugares com a designação de *Azenha*, *Engenho*, *Mós*, ou *Moinhos* na toponímia actual do concelho, reforça o papel fundamental desta tecnologia na sobrevivência quotidiana das populações em tempos pré e proto-industriais. Nas Memórias Paroquiais de 1758, por exemplo, surgem mencionados cerca de meia centena de moinhos distribuídos por todo o território concelhio, sobretudo nos cursos do Mezio e do Sousa.

Por último, uma breve alusão aos elementos ordenadores de paisagem medieval do concelho: os caminhos e as construções defensivas, os *castrum*.

Sobre os primeiros, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968:52) escreveu: «A criação de extensas paisagens rurais agricultadas é a obra mais característica da civilização medieval. É o seu maior empreendimento. Ora não existe paisagem agrícola alguma que não tenha estreitíssimas relações com os caminhos. Além do mais, foram eles que determinaram as linhas do parcelamento». Com efeito – observou Gaston Roupnel (cit. por Almeida, 1968:52-53) – «Um caminho primitivo não foi simplesmente uma via de circulação e de transporte, uma artéria de comunicação, mas foi e ainda o órgão da distribuição das terras, a base da repartição parcelar, o elemento essencial na distribuição ordenada do território».

Embora o território modele e condicione o traçado e a compleição das vias, são estas, em última instância, que determinam os eixos que «arrumam» a paisagem e alinham os espaços agrícolas. De facto, acompanhando as depressões do relevo, nomeadamente os cursos de água, uma intrincada rede de caminhos principais e secundários<sup>3</sup>, estabelece a comunicação entre as comunidades e permitiam «o relacionamento das diversas povoações entre si e a ligação de cada uma delas com as terras cultivadas pelos seus moradores» (Mattoso, 1986:183). *Travessa*, *Portela* e *Porto Carreiro* são alguns dos exemplos toponímicos medievais que atestam esta estreita associação entre as povoações, os seus caminhos e a paisagem rural.

Relativamente às obras defensivas, os *castrum*, isto é, povoados fortificados, ainda que abandonados, ou povoação amuralhada (Almeida, 1978:6-7), refira-se, desde logo, a abundância deste topónimo (*Castro*, *Crastelo*, *Cristelos*) e a sua correlação com sítios arqueológicos identificados no terreno: Povoado do Pinouco (Caíde de Rei/Aveleda); Cabeço da Agrela (Lustosa); Castro de S. Domingos (Cristelos). De facto, como notou Mattoso (1986:184), «*Dominando as zonas de altitude, os castros, reactivados nos tempos da Reconquista, marcavam limiares para a penetração na floresta. Servidos por uma rede de caminhos que irradiavam em direcção aos povoados vizinhos, permitiam às populações aí residentes a sua utilização como base de acesso às bouças e bosques. É essa, aliás a sua principal função enquanto elemento ordenador da paisagem, a partir do momento em que a guerra deixa de ser uma situação habitual na zona*». Terá sido verdadeiramente esse o papel, por exemplo, do Castro de S. Domingos, cuja utilização pelas populações nos é confirmada pelas Inquirições de 1258? Referem as Inquirições que: «*Item quod habetur ibi unum crastum et fuit populatum: et dixit quod omnes qui morantur in ipsa villa partierunt illud inter se et laborant illud*» (PMH *Inquisitiones* 1258: 542). Ou teria o castro antes sido, ele próprio, espaço privilegiado de labuta agrária, surribado e convertido em leiras de socalcos, conforme nos foi possível atestar, por exemplo, no Povoado do Pinouco, onde a criação de plataformas artificiais com vista à sua utilização para fins agrícola pelas comunidades campesinas medievais, levou à destruição de parte significativa das estruturas defensivas e habitacionais erigidas na Idade do Ferro<sup>4</sup>? Seja de que forma for, esta perduração toponímica e documental dos povoados fortificados da Idade do Ferro em época medieval e posterior, reflecte a proximidade das populações a estas estruturas e a sua identificação, através da criação de laços identitários de cariz histórico e/ou cultural, como elementos georeferenciadores e estruturadores do território (Santos, 2005b:312).

## Bibliografia

- Almeida, C.A.B.** Coord. (No prelo) - *Caracterização histórico-cultural e património do Alto-Tâmega*.
- Almeida, C.A.F.** (1968) - *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*. Dissertação para a Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Ed. Policopiada.
- Lopes, E.T.** (2004) - *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.
- Marques, J.** (1995) - Aspectos do Povoamento do Norte de Portugal nos séculos XIII - XIV. Separata das *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães, p.209-234.
- Mattoso, J.; Krus, L.; Andrade, A.** (1986) - Paços de Ferreira da Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias. *Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira, p.173-191.
- Mendes-Pinto, J.M.S.** (1992) - *Património Arqueológico de Lousada*. Plano Director Municipal de Lousada. Lousada: Câmara Municipal. (Policopiado).
- Reis, J.M.C.** (2004) - *Atlas dos Bivalves de água doce de Portugal Continental* (Relatório Final). Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.

- Santos, M.J.F.** (2005a) - A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308). *Cadernos do Museu*. 10. Museu Municipal de Penafiel, p.5-95.
- Santos, M.J.F.** (2005b) - Os Castros na documentação medieval de Penafiel. *Actas do Colóquio: Castro, um lugar para habitar. Cadernos do Museu*. 11. Museu Municipal de Penafiel, p.307-313.
- Skinner, A.; Young, M.; e Hastie, L.** (2003) - *Ecology of the Freshwater Pearl Mussel*. Conserving Natura 2000 Rivers Ecology Series No. 2 English Nature, Peterborough, p. 1-16.

### Documentos impressos

- MP** - *Memórias Paroquiais de 1758: transcrição das memórias paroquiais das freguesias do concelho de Lousada*. [S.l.:s.n.], (Policopiado).
- PMH** - *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 1888-1897.

<sup>4</sup> A recolha de abundante espólio ceramológico datado do século XII e XIII, confirmam a intensa utilização daquele povoado por parte das populações medievais, certamente com o duplo intuito de do habitar e explorar economicamente.

<sup>3</sup> Apesar da proliferação de pequenos caminhos e diversas via secundárias de carácter local e regional, uma única via principal atravessaria na Idade Média o concelho de Lousada, a via Guimarães-Vizela-Penafiel (Almeida, 1968:189-190). Boa parte do troço desta via em território de Lousada seguiria um eixo Norte/Sul, acompanhando o curso do Mezio, devendo depois flectir para Este, em direcção à Terra de Penafiel, onde, segundo alguns autores, entraria através da ponte de Espindo (Mendes-Pinto, 1992; Santos, 2005).